A IMPRENSA REGIONAL COMO FONTE PARA O ESTUDO DA EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL – LAMEGO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Isilda Braga da Costa Monteiro

Oscilando entre a defesa da repressão da saída daqueles que abandonam o seu país em procura de melhores condições de vida, pelos impactos negativos que daí advinham para Portugal, e o reconhecimento de que o desenvolvimento local dependia, quase exclusivamente, das remessas dos emigrantes ou dos que, depois de uma vida de trabalho no exterior, retornavam à sua terra natal, a imprensa regional deve ser entendida, na primeira metade do século XX, como um complexo barómetro das sensibilidades locais relativamente à questão da emigração. Esta ambivalência no posicionamento dos jornais publicados no interior do país face a uma questão sobre a qual o discurso oficial, produzido a partir de Lisboa, apresenta, na generalidade dos casos, uma perspectiva negativa, não tem merecido a devida atenção na historiografia. Sublinha-se, frequentemente, os contornos dramáticos da emigração para o Brasil, quer pela saída de população do país, quer pelas más condições a que os emigrantes se sujeitavam para tentar, além-mar, um destino melhor, quer ainda pelo insucesso a que a maioria deles estava condenado, mas parece haver alguma resistência em ouvir as vozes daqueles que, em Portugal, na época, remando contra a maré, ressaltavam as vantagens que essa mesma emigração podia trazer.

No entanto, com maior ou menor eco, essas vozes iam-se fazendo ouvir na primeira metade do século XX, um pouco por todo o lado, até no próprio Parlamento como acontece quando o deputado João Pereira Teixeira de Vasconcelos, em Dezembro de 1906, partindo, certamente, da realidade duriense que tão bem conhecia, dizia que "A nossa economia publica vive do vinho exportado e dos capitaes que os emigrantes portuguezes puderam reunir na América do Sul e tambem na África"[1]. São, contudo, os jornais, sobretudo os que se publicavam no interior do país, que, por várias razões, se conseguem mais facilmente distanciar do discurso oficial, para nos dar uma outra visão da questão. Desta forma, a imprensa mostra-se, para a segunda metade do século XIX e para a primeira do século XX, como uma fonte primordial para o conhecimento do fenómeno emigratório para o Brasil como vários estudos anteriores já o

1 *DIÁRIO da Câmara dos Pares,* sessão de 10 de Dezembro de 1906, p. 505 (MONTEIRO – "João Pereira Teixeira de Vasconcelos ...").

demonstraram[2], permitindo, não só alargar horizontes e perspectivas que outras fontes apresentam de uma forma claramente mais redutora, como atribuir rostos e percursos de vida aos números massificadores das estatísticas oficiais.

É o que acontece com a imprensa de Lamego, que conta com vários títulos, na primeira metade de Novecentos, reflectindo uma cidade política e socialmente dinâmica e fortemente apostada na defesa dos seus interesses. Com períodos de publicação diversificados que vão dos poucos meses, como é o caso de *O Nacionalista*, *A Justiça de Lamego*, *O Balsemão*, *O Proletário*, *A Restauração*, *A Tradição*, *A Verdade* e a *Voz da Mocidade*, aos vários anos, como acontece com *o Jornal O Beirão*, *A Aspiração*, *A Nossa Terra*, *O Rouxinol*, *o Beira-Douro* e *A Tribuna*, ou a algumas décadas como se verifica com *O Progresso*, *A Semana*, *A Fraternidade* e a *Voz de Lamego*, a imprensa lamecense impõe-se como um elemento activo na vida da cidade, numa interacção atenta e constante.

Comprometidos politicamente ou proclamando a sua independência ideológica, os jornais de Lamego, quase todos de periodicidade semanal, assumem-se, na generalidade dos casos, como defensores dos interesses da cidade e da região em que se inserem, dispostos a dar um especial atenção às questões que consideram pertinentes para o seu desenvolvimento. Pelas suas páginas que folheámos, uma a uma, num levantamento exaustivo e sistemático, perpassam os nomes e os episódios que fazem a história da cidade e da região, num período especialmente conturbado como o da primeira metade do século XX. Portugal viveu então uma intensa sucessão de acontecimentos e experiências políticas que vão desde o fim da Monarquia e da vivência conturbada da Primeira República, à ditadura militar de Gomes da Costa e ao regime totalitário de Salazar. Com as sucessivas mudanças de regime, mudaram os protagonistas, mudaram os contextos, mudaram as perspectivas, mudaram as prioridades.

Mesmo em Lamego, uma pacata e conservadora cidade do interior situada fora do circuito do poder dominado por Lisboa e Porto, as mudanças políticas fizeram-se sentir, não se ficando apenas pela alteração dos homens à frente dos destinos concelhios e da política emanada do poder central. A leitura dos periódicos permitiu-nos apreender que disso resultou, em cada conjuntura política, o reposicionamento dos grupos sociais, gerando novos equilíbrios no tecido social lamecense. Assim, com a disseminação das ideias republicanas no final da monarquia e sobretudo com a implantação do novo regime em 5 de Outubro de 1910, os comerciantes da Praça do Comércio e da Rua de Almacave reforçam a sua importância, ocupando os principais lugares da administração local e do

[2] Para além de estudos mais abrangentes que utilizam pontualmente a imprensa como fonte para o estudo da emigração, há alguns que o fazem de uma forma exclusiva: CRUZ: 1991; LOPES: 1995; MARTINS, 1999; MAIA: 2005; PEREIRA: 2006. No âmbito do projecto *A emigração portuguesa para o Brasil e o retorno – Vila Real no século XIX e na primeira metade do século XX* que estamos a desenvolver, a partir de fontes muito diversificadas, tais como os livros de registo de passaportes e actas camarárias, estamos a fazer o levantamento exaustivo da informação sobre a emigração na imprensa local, cujos primeiros resultados serão apresentados brevemente.

movimento associativo quer fosse a considerada Santa Casa da Misericórdia ou a recém constituída Associação Comercial, quer o social Club Lamecense.

Por sua vez, com a ditadura militar imposta em 1926 e, sobretudo, com o Estado Novo, após 1933, surge uma plêiade de homens que ao berço lamecense junta uma formação universitária que lhes permite desempenhar funções socialmente relevantes na cidade, tais como a advocacia e a medicina, ou um percurso militar, a que a conjuntura política de então conferia grande prestígio e que a permanência de uma unidade militar – o Regimento de Infantaria 9 – potenciava. Bem relacionados com os membros da igreja e com as principais famílias aristocráticas da cidade e das redondezas, estes são os novos homens do poder, ocupando lugares na Câmara e nas mais diversas instituições da cidade. Confinados, com algumas excepções, às quatro paredes dos seus estabelecimentos e oficinas, aos comerciantes da Praça do Comércio nada mais restava do que a gestão dos seus negócios e uma ou outra participação pontual na vida colectiva da cidade. Arredados do principal palco político e social de Lamego, os focos da imprensa deixam de estar voltados para si, a não ser para uma ou outra referência graciosa e breve ao nascimento de um filho ou ao falecimento de um parente próximo, ou à inclusão de um ou outro anúncio à sua loja, este obviamente pago.

Com formas distintas de ver e sentir a sua terra e diferentes concepções de desenvolvimento e progresso, cada um destes grupos de homens, enquanto protagonistas do poder local, utilizaram a imprensa, dentro dos condicionalismo políticos em vigor, para moldar a opinião da população e dessa forma, moldar a cidade e o concelho aos interesses que defendiam, quer eles fossem políticos, quer de outra ordem. Sem deixar, contudo, também de sofrer a sua influência. Nessa perspectiva, ao director e à redacção de cada jornal cabia a responsabilidade de uma gestão o mais possível criteriosa da informação/opinião a veicular (ou a silenciar) nas suas páginas, em função de múltiplos aspectos, entre os quais os objectivos enunciados pelo próprio periódico, os interesses do momento, o espaço disponível – na época, e em Lamego como um pouco por todo o país, raramente ultrapassam as quatro páginas –, e os condicionalismos políticos de que a censura – esporádica antes do Estado Novo e permanente durante a sua vigência – são certamente os mais visíveis. O sucesso dessa gestão traduzia-se na manutenção de uma boa carteira de assinantes – quer quantitativa quer qualitativamente, ou seja, com os pagamentos em dia – e de anunciantes. De uns e outros resultava a sobrevivência financeira do jornal e a possibilidade da continuidade da sua publicação.

Como referimos atrás, para além de alguns títulos de curta duração, foram vários os periódicos que conseguiram, com maiores ou menores dificuldades, assegurar a sua publicação ao longo de vários anos. *O Progresso*, surgido em plena monarquia, no ano de 1885, subsiste até 1920, graças ao empenhamento do seu director, Florindo de Figueiredo. *A Fraternidade*, que desde o primeiro número se assume como órgão do partido republicano local, inicia a publicação logo a seguir à implantação da República, em Dezembro de 1910. Passando por

vários directores, editores e proprietários, vai continuar em publicação durante a Ditadura Militar e, já como "jornal republicano independente"[3], nos dois primeiros anos do Estado Novo, até 1935, ano em que, com o seu encerramento definitivo se virou uma página significativa no panorama da imprensa periódica lamecense. À profusão dos títulos que, sobretudo nalguns casos, contribuíram para a pluralidade de ideias e opiniões e animaram o debate político na cidade durante a vigência da primeira república, sucede, após 1935, o monopólio informativo da *Voz de Lamego*, ainda hoje em publicação, e que viu o seu primeiro número sair em 1930, e do *Beira-Douro* que teve início em 1935 e terminou em 1946[4]. Estava-se então em plena vivência do regime estado-novista que utilizou a restrição da expressão do pensamento, nas mais variadas vertentes, como mecanismo essencial à viabilização do seu projecto autoritário. Para além da censura prévia, que passava a pente fino cada número do jornal antes deste ser disponibilizado ao público, riscando o que devia ser silenciado, à luz de critérios discricionários, o aparecimento de novos títulos obrigava, desde 1936, a um processo de licenciamento[5] a que poucos tinham condições para se submeter. Condicionada, então, a dizer apenas aquilo que podia dizer, a imprensa lamecense evidencia para além da limitação a apenas dois títulos após 1935, uma informação claramente menos rica e diversificada do que até então acontecera.

A leitura dos periódicos referenciados permite apreender que a par das muitas questões pontuais que, semana a semana, mês a mês, preenchem as suas páginas, existem outras que se destacam pela sua transversalidade temporal. Algumas delas, consideradas fulcrais para o desenvolvimento de Lamego, mostram-se consensuais, independentemente da conjuntura política em que são equacionadas. É o que acontece com a pretendida elevação de Lamego a sede de distrito que determinaria a separação definitiva de Viseu e a desejada construção de uma linha do caminho-de-ferro da Régua a Vila Franca das Naves que colocaria, acreditava-se, Lamego na rota do progresso – as duas mais fortes aspirações da cidade, manifestadas junto do poder político, quer durante a Monarquia, quer durante a Primeira República e o Estado Novo, mas que a cidade nunca viu concretizadas. Outras, porém, embora abordadas recorrentemente, estão longe de apresentar uma única perspectiva, até no mesmo jornal e na mesma época. É o caso da emigração para o Brasil.

Pela forte dimensão social e económica de que se revestiu na cidade e no concelho, a imprensa local não podia deixar de dar especial atenção ao fenómeno emigratório. Umas vezes mais, outras menos. Umas vezes considerando-o positivo para o desenvolvimento da região, outras apontando-o como negativo. Umas vezes incentivando os que pretendiam emigrar, outras desmoti-

3 *A FRATERNIDADE*, 3 de Janeiro de 1931: 1.

4 Na Biblioteca Pública Municipal do Porto não existe o n.º 1, sendo o n.º 2 de 26 de Julho de 1935. Por indicação da *Voz de Lamego*, o n.º 1 saiu a 19 ou 20 de Julho de 1935 (*VOZ de Lamego*, 20 de Julho de 1935: 1).

5 BARRETO, 1990: 276.

vando-os. Uma multiplicidade de posições e perspectivas de que, no quadro da liberdade de expressão defendido pela Primeira República, a imprensa se faz eco até 1926, para claramente se afunilarem a partir daí, até se tornarem uma questão quase silenciada durante o regime salazarista. Aspectos essenciais que procuraremos abordar neste estudo, tendo em atenção os três períodos políticos distintos que caracterizam a primeira metade do século XX – os últimos anos da Monarquia, a vigência da Primeira República e, num mesmo bloco, a da Ditadura Militar e do Estado Novo.

Comecemos pelos últimos anos da Monarquia. O semanário *O Progresso*, apoiante do partido progressista, é o jornal que sistematicamente se refere à questão da emigração para o Brasil entre os anos de 1901 a 1910. Longe de a condenar e de a considerar negativa para a região, o jornal de Florindo de Figueiredo desenvolve uma verdadeira campanha contra a questão burocrática que obrigava à deslocação ao Governo Civil de Viseu para a obtenção do passaporte que permitisse ao potencial emigrante a saída do país. Contudo, o tipo de argumentação utilizada torna claro que a emigração surge aqui, não como uma questão central, mas apenas e só como uma questão secundária. Na realidade, como referimos atrás, os lamecenses desde há muito aspiravam a que a sua cidade viesse a ser sede de distrito. A dependência de Viseu, cujo distrito, tal como hoje, integrava nesta época, era-lhes, por isso, compreensivelmente penosa, procurando sempre demonstrar a desadequação da divisão administrativa em vigor à realidade. No final de 1902, sob o significativo título "Passaportes. Ressurge, Lamego"[6], o articulista insurge-se contra o facto de só o Governo Civil poder conceder os passaportes, com todos os inconvenientes que isso representava para os habitantes do concelho de Lamego de onde, sublinha, quase todos os dias partia gente para Viseu com o objectivo de o obter. A obrigatoriedade do registo do passaporte junto do Governo Civil é sentido como um verdadeiro "vexame"[7], o mesmo não acontecendo, diz-se, em épocas passadas, quando cabia nas atribuições dos administradores do concelho[8].

Esta crítica é retomada quase sempre que o jornal dá a conhecer, mensalmente, os números oficiais dos registos de passaportes efectuados no Governo Civil de Viseu, discriminando o género, o concelho da naturalidade e a profissão dos que o obtinham. Embora a tendência para o aumento do número dos que faziam o registo desse documento fosse por demais evidente, passando, por exemplo, dos 89 efectuados em Julho de 1901[9] para os 424 em Setembro de 1906[10], a esmagadora maioria para partir com destino ao Brasil, os comentários relativos à questão da emigração propriamente dita são muito escassos e quando surgem centram-se sempre na indesejada obrigatoriedade da deslocação a Viseu.

6 *O PROGRESSO*, 13 de Dezembro de 1902: 1.
7 *O PROGRESSO,* 5 de Maio de 1906: 2.
8 *O PROGRESSO*, 24 de Junho de 1905: 1.
9 *O PROGRESSO*, 17 de Agosto de 1901: 2.
10 *O PROGRESSO*, 1 de Dezembro de 1912: 2.

Finalmente, depois de sucessivos artigos em torno desta questão, em Maio de 1907, o jornal congratula-se pelo facto de ter entrado em vigor uma lei que permitia às administrações do concelho fazer o registo dos passaportes[11], razão certamente pela qual durante alguns anos esse assunto não volta a ser trazido a lume pelos jornais lamecenses, embora se venha a salientar mais tarde que, a referida legislação não teve, na prática, qualquer efeito[12]. No entanto, em 1912, já durante a vigência da República, as críticas, ainda mais contundentes, retornam, com os mesmos argumentos – as despesas excessivas que a desnecessária deslocação representava para quem em Lamego pretendia fazer o registo do passaporte. "Em Vizeu há umas tantas pessoas que lucram que a gente de Lamego e de todos os concelhos do norte do districto – alguns a uma distancia de 140 kilometros – se arraste até Vizeu por causa dos passaportes, documentos perfeitamente ao alcance do regedor de qualquer aldeia sertaneja"[13], referindo expressamente que há lá quem se dedique a abonar a identidade das pessoas que não conhece por 1 000 réis. Ou seja, o problema em discussão, a que um outro jornal em publicação na mesma altura, *A Semana*, também dá alguma atenção, continuava a não ser o da emigração propriamente dita mas sim o das dificuldades burocráticas e das despesas relacionadas com o processo.

Tanto quanto se pode verificar, para estes periódicos a emigração não é, até 1910, um problema. Antes pelo contrário. Nesse mesmo ano, *O Progresso* dá entusiasticamente conta da subscrição permanente criada pela comunidade lamecense residente em Manaus para pagar, mensalmente, a passagem para o Brasil dos conterrâneos que não encontrassem trabalho na sua terra. Devidamente regulamentada esta auto intitulada Caixa Subsidiária de Emigração para a Amazónia propunha-se, com o apoio de pessoas de um e do outro lado do Oceano[14], beneficiar, numa primeira fase, os lamecenses das freguesias urbanas e, numa segunda, os das freguesias rurais. Em Maio de 1910 tudo parece correr bem como refere o jornal, ao noticiar que o primeiro beneficiário já estava no Brasil[15]. Contudo, em pouco tempo o entusiasmo dá lugar à desilusão com a ingratidão daqueles que aproveitavam a oportunidade mas não cumpriam o compromisso de devolver, em pequenas prestações, o dinheiro avançado, o que faz crescer o receio de que os lamecenses de Manaus, viessem a desistir do seu benemérito propósito. Sobre isto o jornal é muito claro, quando refere que "É certo que doe muito sentir mordida a mão que distribuiu avantajados benefícios, mas também não é menos certo que os bons que carecem de ir procurar em terras ubérrimas (sic) a melhor remuneração do trabalho aturado

11 *O PROGRESSO*, 4 de Maio de 1907: 1.

12 *O PROGRESSO*, 12 de Outubro de 1912: 1.

13 *O PROGRESSO*, 4 de Maio de 1912: 2.

14 A Comissão de apoio à emigração constituída em Lamego integrava o presidente e o secretário da Associação Comercial, Francisco Pereira Rebelo e Melchior Guedes, respectivamente, Jaime Correia da Silva, médico municipal e o abade de Almacave, João da Piedade Ferreira Meneses (*O PROGRESSO*, 21 de Maio de 1910: 2)

15 *O PROGRESSO*, 14 de Maio de 1910: 1.

e honesto, não devem soffrer as consequências de culpas que só aos ruins pertencem. (…) Compadeçam-se dos bons que estão á espera de soccorro, e, esquecendo ingratidões e ingratos, prosigam na sua bella obra, que muito poderá influir nos destinos futuros d'esta malfadada terra"[16].

Perante a crise instalada no Douro, a emigração para o Brasil apresentava-se como a alternativa possível de que se poderiam aproveitar não só os que emigravam como a própria região. Disso tem plena consciência a imprensa local que conhecia bem a realidade e que via na fixação em terras brasileiras a solução mais adequada para os muitos problemas que então se colocavam à população. Se os exemplos de insucesso não faltavam, e cada vez mais, ao longo das primeiras décadas do século XX, todos conheciam alguém para quem a aventura no Brasil correra mal ou, pelo menos, não correspondera às expectativas da partida, o mesmo acontecia relativamente aos que tendo procurado além-mar a melhoria do seu nível de vida, o conseguiram com aparente facilidade.

Aos primeiros, perdidos em terras brasileiras ou nas suas terras de origem para onde os mais afortunados ainda conseguiam voltar, os jornais não davam grande atenção, a não ser numa ou noutra referência breve na altura da sua morte. Ressaltava-se então a falta de sorte que não lhes tinha permitido obter no Brasil aquilo que tinham procurado – trabalho e riqueza –, e que justificava o insucesso da experiência brasileira. As razões, no entanto, não faltavam para escrever sobre os segundos.

Retornando definitivamente ou optando por viver temporariamente em cada um dos dois países, alguns destes homens vão assumir um grande protagonismo na cidade. Passando a integrar a elite local, ou, para aqueles que já dela faziam parte antes de partir para o Brasil, reforçando nela a sua posição, estes "brasileiros" tornam-se referências na sociedade lamecense a quem a imprensa vai dar uma especial atenção. Pelas actividades em que se envolvem, pelas posições que assumem, pelo que fazem ou dizem estes homens tornam-se notícia. Ao ritmo semanal ou quinzenal da publicação do jornal, consegue-se, por isso, traçar, com algum pormenor, o seu percurso, quer no âmbito privado da sua vida familiar quer ao nível da actividade que publicamente desenvolviam. Desde a notícia do seu casamento ou baptizado dos filhos ou netos, aos bens que adquiriam até à referência concreta à sua participação activa na vida política local, tudo é passível de ser noticiado pela imprensa, com especial relevo para os actos de beneficência que praticavam a favor das instituições da cidade. Identificado individualmente como capitalista "abastado" e "importante", que "à custa de aturado e honesto trabalho, amealhou uma bela fortuna"[17] no Brasil, destes homens passava-se uma imagem de sucesso e bem-estar que facilmente poderão ter sido entendidos como modelos a seguir por aqueles que procuravam estender os horizontes para lá dos limites da sua terra[18].

---

16 *O PROGRESSO*, 29 de Outubro de 1910: 1.

17 *O PROGRESSO*, n.º 1110, 14 de Julho de1906: 2.

18 ROCHA-TRINDADE; CAEIRO, 2000: 11.

Embora todos saibamos que as altas taxas de analfabetismo eram uma realidade no nosso país e, sobretudo, no interior do país, na primeira metade do século XX, limitando substancialmente o número de leitores dos jornais, não será menos verdade que as notícias e as opiniões veiculadas nas suas páginas eram retransmitidas oralmente, numa difusão que facilmente se alargava ao meio rural. Na realidade, "não era necessário ser letrado para ver, ouvir, tomar parte nas conversas e tirar conclusões"[19]. Menos isolado do que aquilo que geralmente se refere, sobretudo na primeira metade do século XX, os campos do interior do país não se encontravam fora dos circuitos de informação da época. Graças à evolução dos meios de comunicação a que se vem assistindo, sobretudo desde as últimas décadas de Oitocentos, a circulação das notícias é agora mais célere e mais abrangente, não se confinando aos limites dos espaços urbanos, quebrando o tradicional isolamento do meio rural. Os sermões dos párocos, as conversas no barbeiro, na venda local ou na feira, a correspondência dos emigrados, e evidentemente, a imprensa periódica, alimentavam esses circuitos de informação, directa ou indirectamente, dando a possibilidade de os camponeses, mesmo analfabetos, conhecerem as situações, formarem a sua própria opinião sobre a emigração e tomarem a decisão final[20].

Partindo desse princípio, não podemos por isso deixar de concordar com Costa Leite quando este refere que a emigração para o Brasil não é apenas obra de insistentes engajadores que movidos pelo interesse próprio vendiam o sonho de uma vida mais fácil e mais produtiva além-mar[21]. Conscientes dos riscos a que se sujeitavam mas optando por tentar também eles buscar o sucesso que outros tinham encontrado, os que emigraram para o Brasil no final do século XIX e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, faziam-no, na generalidade dos casos, motivados e decididos, apoiando-se, frequentemente, na rede de familiares e conhecidos já estabelecidos no Brasil. Apesar da massificação das viagens transatlânticas que o vapor possibilitou, na primeira metade do século XX, graças aos preços mais acessíveis das passagens, emigrar representava altos custos financeiros. Compreende-se, por isso, que a decisão não fosse tomada irreflectidamente.

Com a República instaurada em 1910, o país entra numa nova realidade política e social que longe de alterar a situação que justificava a sangria da sua população para o Brasil, vai acentuá-la. O dedo é apontado de imediato aos engajadores que nos campos do concelho faziam o recrutamento de potenciais emigrantes e aos agiotas que enriqueciam à sua custa. Esta era, afinal, uma forma fácil de justificar os números elevados que a cada mês o movimento emigratório representava. Na imprensa de Lamego começa a delinear-se, em Março de 1912, uma verdadeira campanha contra estes homens que "com toda a fúria arrebanhando infelizes jornaleiros a que ele sabe deslumbrar com belas e risonhas miragens que a luz da realidade mais cedo ou mais tarde desfaz,

19 LEITE, 1993, 103.
20 LEITE, 1994:

mostrando a desgraça e a miséria em toda a sua nudez". Salientando que "o engajador leva ao desgraçado, que procura na expatriação lenitivo ao seu sofrimento, muito mais, muitíssimo mais do que o necessário para se expatriar, e por seu turno o agiota leva-lhe o coiro e cabelo, como costuma dizer-se, pela quantia que àquela empresta com toda a segurança e com a maior usura", o jornal republicano *A Fraternidade* não se mostra, contudo, contra a emigração para o Brasil, mas antes contra esta forma de recrutamento de homens que, obrigando ao pagamento de avultadas quantias, provocavam a destruição e "vão enormemente agravando a economia do nosso concelho"[22]. Como faz questão de alertar o jornalista em questão "Se quizerem emigrar, não precisam de intermediários engajadores; aqui, nesta terra, não falta quem gratuitamente lhes indique o caminho a seguir para a realisação da sua vontade" [23], aconselhando para esse efeito a Associação Comercial e o Banco do Douro que emprestava dinheiro a um juro módico. Na mesma altura, *O Progresso* fazia referência a "um afamado exportador de carne humana que no nosso concelho trabalha animadamente, como hortelão em alfobre por mondar." Atribuindo-lhe a responsabilidade do aumento da emigração verificada recentemente no concelho e que a miséria, nos campos, por si só, não podia explicar, conclui que "É a obra do exportador activo e ávido de lucros"[24].

Sem dar tréguas na campanha encetada em Abril, *A Fraternidade* volta de novo a lembrar que "Continuam a ser explorados vergonhosamente pelos engajadores os desgraçados que imigram para o Brazil. Prevenimos os interessados de que as passagens custam apenas 26$000 réis, custando o máximo de todas as despezas de embarque, 45 a 50 mil réis, ganhando já uma boa agencia os taes *gajos* engajadores que se não envergonham de levar 80 e 100 mil réis, metendo para isso em conta verbas que já não existem depois de implantada a República". O jornal, aproveita mesmo a oportunidade para "prevenir os engajadores cá da terra, que a quererem continuar a exploração dos pobres emigrantes, se habilitem com a respectiva licença, pois de contrario não nos pouparemos á merecida campanha que o caso requer" [25]. Nestes anos pós implantação da República, a emigração era aceitável, como estamos a verificar, enquanto decisão individual, tomada em consciência e dentro da legalidade. Da mesma forma, que o negócio montado em torno da emigração, desde que cumprindo os requisitos burocráticos e fiscais exigidos pelo Estado, também se mostrava aceitável, curiosamente o mesmo Estado que apresentava a emigração como um mal a combater[26].

Em Setembro de 1912, o jornal *O Progresso*, publica um editorial intitulado "Contra a emigração", a propósito da circular que o Grémio Libertas do

21 LEITE, 1994: 437.
22 *A FRATERNIDADE*, 23 de Março de 1912: 2.
23 *A FRATERNIDADE*, 23 de Março de 1912: 2.
24 *O PROGRESSO*, 30 de Março de 1912: 2.
25 *A FRATERNIDADE*, 6 de Abril de 1912: 2.
26 LEITE, 1996: 384.

Porto espalhara então por todo o país relativamente a essa questão e em que defendia que toda a emigração, a não ser aquela que se destinava às colónias, era nefasta. Contudo, o jornalista *d'O Progresso* faz questão de ressaltar que a referida circular reconhecia que, apesar de tudo, do Brasil tem vindo muito dinheiro, comentando "Oh! Se tem! É o que tem valido, e há de continuar a valer a um paiz que tem, por assim dizer, no Brazil as suas abundantes minas d'ouro. Se não fora o Brazil não sabemos qual seria a estas horas a sorte de Portugal, apenas se sabe desperdiçar dinheiro. Nada de o fazer produzir, multiplicar.", tanto mais que "Quem emigra é porque não tem no seu paiz, nem o animam esperanças de o encontrar, trabalho sufficientemente remunerador. Para trabalhar toda a vida, a bem dizer pelo pão que se come, nem todos estão". Assestando armas sobre os engajadores que roubam, "á agricultura, às artes e às industrias, os braços, que cá são precisos, levando a maior parte dos emigrantes ao engano, no furor d'uma exploração que muito se avisinha da escravatura", o autor deste artigo faz questão de salientar que é contra a repressão da emigração porque "Era o mesmo que atulharmos o poço de riquezas que nos tem valido e valerá sempre em todas as nossas más situações financeiras"[27].

O distanciamento dos colaboradores do jornal relativamente ao discurso político produzido em torno da questão da emigração, torna-se desde logo, como podemos verificar, muito evidente. Em Dezembro de 1912, num longo artigo publicado n'*O Progresso*, refere-se que se verificavam então "postiças lamurias, verdadeiras lágrimas de crocodilos, de alguns políticos, que attribuem este excesso de emigração ao receio da regra e pavorosa nuvem de novos impostos, que tudo deve confundir e esmagar (…) Ora se o malvado dente da politiquice chocalheira e ruim não havia de instillar os seus letaes venenos n'esta desgraça geral!... Recear contribuições quem nem sequer ganha no seu paiz o sufficiente para o pão que o alimenta"[28]. Segundo o autor do referido artigo era necessário mudar as condições de vida e de trabalho em Portugal para se travar essa saída constante e irremediável de pessoas para o Brasil[29].

Contudo, perante os números cada vez mais avassaladores que os governos civis avançavam todos os meses (e que a imprensa lamecense continua a publicar após 1910, embora de uma forma mais esporádica) as posições parecem extremar-se entre os que apoiam a emigração como um bem para o país e os que a condenam, considerando-a nefasta. Sem uma linha definida, os jornais abrem as suas páginas a uma e a outra indistintamente. Entre os defensores da primeira encontram-se, sobretudo, os colaboradores locais que reconheciam as vantagens decorrentes da emigração; entre os defensores da segunda, os emigrados no Brasil, que, sendo assinantes dos jornais, os utilizavam para dar a conhecer publicamente as dificuldades crescentes que então se viviam nesse país, apelando aos seus conterrâneos para que não emigrassem.

---

27 *O PROGRESSO*, 28 de Setembro de 1912: 1.
28 *O PROGRESSO*, 14 de Dezembro de 1912: 1.
29 *O PROGRESSO*, 9 de Novembro de 1912: 1.

É assim que no início de 1914, quando *O Progresso* publica um artigo em que claramente se faz a apologia da emigração para o Brasil, referindo "O que seria de todo este solo, há muito se elle não fosse providencial e abundantemente regado pelo ouro ganho no Brazil? (…) A emigração, que quanto póde ser uma manifestação de pobreza, como – e em muitos casos, assim succede – um simples desejo de mudar de situação e até em grande parte representando um claro impulso de ambição, tem sido para todas as nações, quando as correntes mais avultam, um embaraço de momento na lavoura, e um pouco tambem nas industrias, mas está averiguado que tudo isso fica em plano muito inferior quando deitado na balança das compensações. Há terras e terras por esse paiz fóra que só se limparam e engrandeceram depois que os seus filhos canalisaram para ellas o ouro brasileiro, que ainda o não há melhor, apesar de todas as apregoadas decadencias d'algumas terras de Santa Cruz, para fertilisar e enriquecer o torrão natal dos que emigram"[30].

Opinião partilhada pelo advogado J. Seves d'Oliveira, colaborador de *A Fraternidade*, quando, anos mais tarde, numa série de artigos escritos sobre esta questão, escreve que os portugueses não se deverão deixar iludir pelo canto de sereia dos países que no pós-guerra, procurarão atrair mão-de-obra estrangeira para promover a sua reconstrução, porque "Convem-lhes não variar o rumo dos paizes d'alem-mar, e muito principalmente o Brazil e a nossa África. N'esses paizes está a provável riqueza, e, trabalhando, sempre tem o sustento seguro. Lá – digam o que quizerem os systematicos adversários da emigração, adversários que não quizeram estudar as suas causas e effeitos – nunca faltam meios ao emigrante honrado e altivo de fazer uma fortuna, que muitas vezes chega a ser verdadeira e expelendida riqueza"[31].

Estava-se então em 1916 e poucos meses antes, o mesmo jornal publicava uma carta de um leitor residente em Manaus, José M. de Almeida, em que este chamava a atenção para o "verdadeiro absurdo" que constituía então a emigração para a Amazónia devido à crise da borracha e do café. Avisando os compatriotas de que não devem abandonar Portugal mas antes esperar por uma época de riqueza para o fazer, justifica a sua posição ao escrever que "É necessario que se saiba que algumas centenas de nossos compatriotas, pertencendo a todas as classes sociaes, aqui vivem arrastando uma vida de miserias"[32]. Esta visão dicotómica sobre a emigração proveniente de um e outro lado do Oceano que a imprensa lamecense passa aos seus leitores, ganha maior visibilidade ao longo da segunda década do século XX. Livres da pala partidária e dos jogos de interesses que condicionavam o discurso político elaborado a partir de Lisboa, mas presos pelo que consideravam ser o melhor para a terra em que viviam e em que viam reflectido o dinamismo e o dinheiro associado à emigração, alguns homens de Lamego não hesitam em realçar as suas vantagens. Por sua

30 *O PROGRESSO*, 10 de Janeiro de 1914: 1.
31 *A FRATERNIDADE*, 4 de Março de 1916: 1.
32 *O PROGRESSO*, 18 de Outubro de 1913: 2.

vez, no Brasil, os que viam a vida difícil dos que continuavam a chegar, não podiam deixar de proclamar a necessidade de travar o movimento emigratório para esse país, "Não se illudam os meus patrícios que tentem embarcar para o Brasil (…) os immigrantes que vão devastar as florestas virgens e cavar a terra, são mal pagos, mal alimentados, e por fim são obrigados a fugir, sem receber os salários que só lhes pagam de trez em trez annos, para pouparem a vida que lhes foge atacados pelas febres. Não vos illudeis! (….) Cultivae os vossos campos, trabalhae nas vossas fabricas, sede patriotas no vosso paiz, que fareis um Portugal ainda maior"[33]

Sem assumir uma posição clara, contrariamente ao que acontece relativamente a outros assuntos, certamente menos complexos, a imprensa de Lamego, paralelamente a estes artigos de opinião publicados na primeira ou segunda página, reservava sempre um espaço na sua página de anúncios, geralmente a terceira e a quarta, para a publicidade relacionada com o negócio da emigração que, nas primeiras décadas do século XX, parece crescer em volume e importância. Era o caso da que era feita pelos agentes locais das companhias seguradoras especialmente vocacionadas para essa área, como a Equitativa dos Estados Unidos do Brazil. Sociedade Seguros Mútuos sobre a vida, marítimos e terrestres, sedeada em Lisboa[34], ou das empresas de navegação que ofereciam os seus serviços para a travessia do Atlântico. Em Lamego, no ano de 1913, referem-se dois agentes em especial: Filipe Martinho Lages, que poderia ser encontrado na Tabacaria Central de Macário Joaquim Rebelo, e Alberto Gomes da Silva Osório, na Farmácia Castro. Encarregando-se da aquisição de todo o tipo de documentos necessários, desde passaportes até licenças para reservistas e para emigrantes com passagens gratuitas, estes agentes promotores da emigração, asseguravam também a compra das passagens junto das companhias de navegação que representavam[35]. Entre estas sobressaía a Mala Real Inglesa, que se fazia anunciar de uma forma continuada em todos os jornais publicados em Lamego, em alguns deles logo desde o seu número de abertura. Trata-se da primeira companhia a operar a partir de Leixões e com uma presença muito forte no interior do país onde tinha estrategicamente colocados os seus agentes[36]. Indiferente à discussão aberta em torno da emigração para o Brasil, esta companhia publicitava na imprensa, com recurso a anúncios formais, veiculadores da imagem de marca da empresa, ou informais através de pequenas notícias inseridas displicentemente nas primeiras páginas em que se dava conta da aquisição de novos navios, cada vez mais rápidos e mais cómodos, ou, ainda, no início de cada ano, pela oferta de calendários às redacções dos jornais e que estas agradeciam publicamente numa das suas páginas. Embora

33 Carta de Armando Luso, no Rio de Janeiro, dirigida a José de Meneses, proprietário e director do jornal *A Fraternidade* (*A FRATERNIDADE*, 29 de Janeiro de 1921: 2).

34 Esta companhia seguradora apresentava como um dos seus serviços as dotações de crianças e tinha como seu agente um homem de Lamego, Raul Correia da Costa Florido (*O PROGRESSO*, 13 de Janeiro de 1906: 3).

35 *A FRATERNIDADE*, 4 de Maio de 1913: 3; 7 de Junho de 1913: 3; 1 de Novembro de 1913: 3.

36 LEITE, 1994: 345.

de uma forma mais pontual, outras companhias vão fazer, também, a oferta pública dos seus serviços na imprensa de Lamego, como acontece, por exemplo, no dia 10 de Junho de 1911 em que *O Progresso* para além da habitual publicidade à Mala Real Inglesa, inclui, na última página, os anúncios a mais duas companhias – a Companhia Real do Pacífico e a Empresa Nacional de Navegação[37]. Constituindo inequivocamente um dos sectores de actividade que mais lucros retirava da emigração dos portugueses para o Brasil[38], as despesas com a cobertura publicitária realizada para o período em causa no norte do país justificavam-se pelos lucros obtidos. Certo é que, de alguma forma, esta presença continuada das companhias de navegação que, na imprensa local, realçavam a rapidez e a comodidade dos seus navios para o Brasil, com uma oferta direccionada aos vários segmentos da população, pela oferta de passagens em 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, a partir do porto de Leixões, passava uma imagem de facilidade para transpor a barreira oceânica, tornando o Brasil mais próximo e mais familiar.

Uma facilidade e uma proximidade que ajudava a alimentar o sonho do Brasil, independentemente do nível social em que os potenciais emigrantes se incluíam, pesando decisivamente na tomada da decisão da partida. Um factor mais a juntar às referências constantes e elogiosas que continuavam a reservar-se na imprensa lamecense aos homens de sucesso que retornaram do Brasil e que, mercê do dinheiro arrecadado e do dinamismo que demonstravam, passaram a integrar a cada vez mais heterogénea elite lamecense. Ou ainda, as referências ao percurso de notoriedade e prestígio feito por alguns emigrantes portugueses em S. Paulo ou no Rio de Janeiro, noticiado nos principais títulos da imprensa brasileira que chegavam às redacções lamecenses enviados por alguns assinantes de além-mar[39]. A probabilidade de que o sonho se viesse a concretizar assumia, para aqueles que pensavam em emigrar, contornos mais nítidos, porque se tinha corrido bem com alguns dos outros por que não com eles também? Tanto mais que o exemplo vinha de cima. Nas suas habituais crónicas mundanas, os periódicos lamecenses dão conta dos que partiam e chegavam à cidade. Centrando-se exclusivamente no círculo restrito dos que eram, por uma razão ou outra, reconhecidos socialmente na localidade, é frequente encontrar referências aos que partem para o Brasil para tentar a sua sorte, desde o filho do farmacêutico[40], ao filho ou irmão do comerciante estabelecido ou do professor do liceu, ao jornalista[41] e ao

---

37 *O PROGRESSO*, 10 de Junho de 1911: 4.

38 LEITE, 1996: 382.

39 Por gentileza de Tito Alberto da Fonseca, residente na Baía, a redacção d'*A Tribuna* recebe jornais brasileiros como o *Portugal Moderno*, *Correio da Manhã*, *A Tarde*, *Jornal Moderno*, *Jornal de Notícias*, *Gazeta de Notícias* e *Diário de Notícias* (*A TRIBUNA*, 31 de Maio de 1914: 1).

40 Em 1908, o farmacêutico Joaquim Monteiro da Fonseca e a mulher vão alguns dias ao Porto para acompanhar o filho Acácio que com 19 anos embarcava em Leixões com destino ao Brasil (*O PROGRESSO*, 1 de Fevereiro de 1908: 2)

41 O colaborador d'*A Fraternidade* que assinava os seus artigos sob pseudónimo *Crisos Selva* embarca a 12 de Agosto, no porto de Leixões para o Rio, de onde continuará a colaborar com este jornal (*A FRATERNIDADE*, 9 de Agosto de 1919: 2).

antigo administrador do concelho[42]. Acompanhados da família que se deslocava especialmente ao Porto para as últimas despedidas, estes emigrantes incluíam-se no grupo dos privilegiados que, para além de terem a possibilidade de viajar nas cada vez mais cómodas e luxuosas classes superiores dos navios transatlânticos, tinham formação e podiam contar com o suporte de uma rede de parentes e amigos bem colocados no destino. A sua partida, noticiada nas páginas dos jornais, não deixaria, contudo, de funcionar como um estímulo para aqueles que embora com condições de partida muito diferentes, pensavam no Brasil como uma terra de promessa de uma vida melhor.

Ao publicar os anúncios das actividades relacionadas com a emigração em que sobressaem, compreensivelmente, os das companhias de navegação e ao fazer incidir os focos sobre os "brasileiros" que retornavam endinheirados à sua terra, a imprensa local, embora sem consciência desse facto, minimizava o impacto das determinações oficiais, dos artigos de opinião ou da correspondência que, como vimos atrás, alertavam para os inconvenientes da emigração para o Brasil.

A constatação desta realidade, que não deixará, por certo, de ter tido um peso na decisão da partida de muitos emigrantes, remete-nos necessariamente para os mecanismos de financiamento dos jornais locais. Ontem, tal como hoje, os jornais de âmbito local, do interior do país, viviam em contínuo sobressalto financeiro. Para além das receitas provenientes da publicação de anúncios e das assinaturas dos seus leitores que constituíam, afinal, os principais mecanismos de sobrevivência, mostrava-se essencial a angariação de donativos feitos pelos partidos ou agremiações políticas, associações ou simples particulares. Relativamente a estes últimos, os retornados do Brasil, com dinheiro e com interesses a defender, assumiam-se como um grupo preferencial. Na realidade, o apoio financeiro que estes homens concediam a alguns jornais locais dava-lhes, nesta época, a possibilidade de mais facilmente controlar um meio de comunicação que, cada vez mais, se apresentava como um importante meio de divulgação e de pressão junto da comunidade local, contribuindo para a sua projecção económica e social e promovendo a sua integração. Uma integração que todos sabiam não ser fácil. Ter a imprensa do seu lado e exercer a benemerência, eram, afinal, os principais trunfos que estes homens tinham de jogar para se afirmarem na cidade. Sobretudo se provinham das freguesias rurais do concelho e/ou de famílias humildes.

Além disso, pelas razões financeiras que referimos, o espaço de circulação destes jornais não se podia cingir aos limites do concelho de Lamego, alargando-se ao da residência dos seus assinantes, quer ela se situasse dentro do país quer fora dele, com evidente preponderância para o Brasil. Agradar-lhes, ir ao encontro dos seus interesses, levar-lhes as notícias do dia-a-dia da sua terra mas também daqueles que, embora tendo regressado a Portugal, tinham partilhado

[42] Em 1923, está a viver no Brasil, para onde fora alguns anos antes, José Lucena, antigo administrador do concelho (*A FRATERNIDADE*, 1 de Dezembro de 1923: 2).

ou partilhavam ainda de forma intermitente a experiência brasileira, era um objectivo que estes jornais não podiam descurar, sob o risco de perderem os seus assinantes e leitores no outro lado do Oceano. Sintomático disso, é o facto de, com uma grande frequência, o jornal noticiar a presença, na redacção, de alguns emigrantes que estando apenas de passagem em Lamego ou vivendo entre o Brasil e Portugal, vinham cumprimentar os redactores do periódico que assinavam, na certeza de que isso seria referido e lido pelos seus compatriotas na localidade brasileira onde residiam[43]. Era uma forma de se fazerem reconhecidos e de, interna e externamente, darem sinal da sua importância.

A imprensa regional mostra-se assim, nas primeiras décadas de Novecentos, refém de várias situações a que tinha de dar resposta, mesmo que com isso evidenciasse uma clara incongruência quanto às posições manifestadas. Como é evidente, a constatação deste facto assume-se como um importante condicionalismo que não pode deixar de ser tomado em conta quando se utiliza a imprensa como fonte para o estudo da emigração a que acresce, durante o Estado Novo, a existência de uma censura vigilante e permanente.

Quando em 1926 a ditadura militar põe fim à primeira experiência republicana portuguesa, abrindo caminho para a instauração do regime ditatorial de Salazar, a emigração para o Brasil mantém-se como opção para muitos portugueses, embora os Estados Unidos da América e as colónias em África, enquanto não chega a vez dos países europeus, comecem a surgir, cada vez mais como uma alternativa viável. Contudo, a visibilidade do fenómeno migratório na imprensa publicada em Lamego diminui compreensivelmente, até ao quase silenciamento. Da efervescência jornalística de outras épocas apenas restavam, como referimos atrás, *A Fraternidade*, que cessa a publicação em 1935, o *Beira Douro*, que surge nesse mesmo ano, e a *Voz de Lamego*, o único periódico que continuará a publicar-se após 1947.

A Fraternidade, jornal com uma forte tradição republicana, pese embora o redireccionamento político que procurou fazer após 1926 e que lhe permitiu continuar em publicação até 1935, e a censura a que obrigatoriamente tinha de submeter cada um dos seus números, evidencia-se pela atenção que persiste em dar à emigração para o Brasil. Em Novembro de 1928, sob a epígrafe "A emigração", Martins Telles salienta que apesar das leis repressivas os vapores com destino a esse país continuam a partir repletos de portugueses. Contrariando a visão tradicionalmente veiculada de que por causa disso os campos ficam sem braços, proclamando os grandes jornais, os proprietários, os capitalistas e os industriais de que "Migrar é desertar. É um crime", Martins Teles conclui que isso se deve apenas ao "egoísmo burguez"[44], responsável pela falta de trabalho, pelos baixos

---

43 É o caso de Manuel do Carmo Almeida e mulher que tendo voltado de Paris, para onde foram em viagem de recreio, depois de terem chegado do Brasil, estiveram algumas horas na redacção do jornal O Progresso, tendo regressado ao Porto para embarcarem para Pernambuco (*O PROGRESSO*, 11 de Agosto de 1900: 2).

44 *A FRATERNIDADE*, 17 de Novembro de 1928: 1, 2.

vencimentos e pela ausência de investimento. A emigração é, na sua óptica, uma fuga à miséria que só poderá ser combatida pelo aumento do investimento. Uma posição que, conforme reconheceu mais tarde, gerou alguma polémica mas que reafirma, por inteiro, cerca de um mês depois, no mesmo jornal[45].

Nos anos seguintes, *A Fraternidade* faz-se eco das notícias cada vez mais frequentes sobre as más condições de trabalho no Brasil e o repatriamento de portugueses, que, contudo, como reconhece, não parecem desmotivar os portugueses que, nesse país, procuram tentar a sorte de uma vida melhor. Os números a nível nacional confirmavam-no. Dando sugestões para travar o movimento emigratório, o jornal lança-se, até 1935, numa verdadeira campanha com o objectivo de demonstrar que "O Brazil já não é o El Dorado"[46]. Reproduzindo o discurso negativo que a Primeira República construíra em torno da emigração, este jornal refere em Fevereiro de 1931 que "A emigração, nas condições em que se vem fazendo entre nós, é uma terrível doença que é preciso combater com decisão e inergia. E à imprensa cabe, nêste combate, o papel primacial. Façamos, pois, propaganda aturada contra a emigração e este cancro roedor do nosso organismo social será extirpado[47]. Sem baixar os braços, em 1934, quando a transição da Ditadura Militar para o Estado Novo estava em fase de conclusão e o jornal entrava no seu último ano de publicação, sob o título de "Portuguezes no Brazil" pode ler-se, numa das suas páginas, "Necessário se torna que a imprensa regional, aponte claramente àqueles que teimam em abandonar uma pobresa suportável por uma miséria certa, o perigo que correm"[48], apontando as colónias africanas como um melhor destino para os que pretendiam abandonar o continente.

Fortemente imbuídos dos princípios enformadores do regime estado-novista, os semanários *Beira-Douro* e *Voz de Lamego*, apenas pontualmente se vão referir à emigração para o Brasil. Tratava-se de uma questão politicamente incómoda, que o regime procurou condicionar, por diversas formas, na impossibilidade de a proibir. Na realidade, as relações diplomáticas entre os dois países reforçadas durante o Estado Novo em nome de uma fraternidade gizada por um percurso histórico comum, não permitiam que o regime reprimisse abertamente o movimento emigratório para o Brasil. No entanto, a ocupação das colónias portuguesas em África era então uma prioridade política para o Estado, embora sem força para se constituir como o primeiro destino dos que queriam sair de Portugal continental. Razão bastante para que estes títulos publicados em Lamego durante o período do Estado Novo, se limitem na generalidade dos casos a decalcar o discurso oficial produzido a partir de Lisboa em torno das relações luso-brasileiras, no âmbito das quais a emigração merece apenas um lugar secundário e irrelevante. São, por isso, muito esporádicas e breves as referências a essa questão, quebrando o silêncio dominante.

45 *A FRATERNIDADE*, 15 de Dezembro de 1928: 1.
46 *A FRATERNIDADE*, 29 de Março de 1930, p.1.
47 *A FRATERNIDADE*, 7 de Fevereiro de 1931: 1.
48 *A FRATERNIDADE*, 10 de Fevereiro de 1934: 1.

É o que acontece em 1940, quando o jornal *Voz de Lamego* procura acalmar a população, receosa de que o Brasil viesse a encerrar as suas fronteiras aos emigrantes portugueses, regozijando-se pelo facto de isso não se confirmar. Garantindo-se assim a continuação do envio das remessas, o jornal não deixa de tirar disso as suas conclusões, alegando que assim se reconhece, "ao emigrante português o valor do seu esforço e a sua grande capacidade de adaptação, num trabalho util para a nação irmã"[49]. Esta era agora a nova imagem do emigrante que o regime fazia passar. Uma imagem positiva eivada de um profundo nacionalismo que considerava o emigrante o símbolo do trabalho, da honestidade e da tradição[50], que definiam o ser português.

Distanciado, contudo, desta perspectiva, Augusto Teixeira da Costa escreve, num longo artigo de opinião, em Fevereiro de 1952, sobre os "Efeitos da Imigração (sic)", e sem se referir a um destino em especial, sublinha os aspectos negativos entre os quais destaca os que provocavam a quebra dos elos de família e a consequente perda dos seus valores. No entanto, alguns meses depois, em Março de 1933, é o mesmo Augusto Teixeira da Costa que tece os maiores elogios aos homens que tendo emigrado são "o orgulho duma Pátria de heróis, honrando lá longe as nossas tradições de fé e humanitarismo, com as suas qualidades de trabalho, de cidadãos íntegros e de carácter nobre, ostentando no peito a chama viva do amor de Portugal entregues durante anos a sacrifícios por uma vida mais feliz, por lá passaram a idade do seu fulgor, acalentando a esperança de um dia regressarem contentes ao seio desse berço que deixaram com tantas saudades", num discurso idilicamente nacionalista tão ao jeito do regime estado-novista e dos seus propagandistas. Escrevendo a propósito da inauguração do posto telefónico na sua aldeia, Vila Chã de Cangueiros, no vizinho concelho de Tarouca, graças aos donativos dos emigrantes de há muitos anos no Brasil, Manuel Oceano e José Teixeira, num discurso adequado à altura do momento, o articulista faz questão de salientar que "E a Pátria, sempre carinhosa para com os seus filhos, os recebe nesse dia de regresso à casa paterna, onde a população agradecida, lhes tributa entusiástica recepção, mostrando-lhes os benefícios que a sua alma generosa proporcionou ao povoado, que antes vivera adormecido e privado de condições da vida moderna"[51].

Na realidade, na vigência do Estado Novo, e paralelamente ao silenciamento quase total que existe sobre a questão da emigração para o Brasil, a imprensa publicada em Lamego continua a seguir atentamente os passos dos "brasileiros" de retorno que continuavam, tal como tinha acontecido, nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a inscrever-se entre a elite local e a merecer as referências elogiosas nos jornais. Tal como antes, espera-se destes homens o dinamismo e o dinheiro que pudessem promover o desenvolvimento local, que de outra forma se sabia mais distante. É o que acontece, por exemplo

---

49 *VOZ de Lamego*, 1 de Fevereiro de 1940: 1.
50 PAULO, 2000: 54.
51 *VOZ de Lamego*, 12 de Março de 1953: 1, 4.

com uma velha aspiração de Lamego, a construção de um hotel que oferecesse aos que visitavam a cidade e a região, um alojamento de qualidade. Certos de que só esses homens com perspectivas e bolsas alargadas pela permanência nas terras brasileiras, poderiam assumir esse desafio, o *Voz de Lamego* e o *Beira-Douro* tentam, em diferentes momentos, ao longo da década de 30 e de 40, o seu envolvimento neste melhoramento. Entusiasmados, dão notícias das reuniões preparatórias, referem nomes de "brasileiros" endinheirados, avançam com locais e com datas, porque "Lamego será, e há-de ser, dentro do possível, o que os seus filhos quiserem, se a valer e bem, souberem querer"[52].

Ao longo de meio século, a emigração para o Brasil marcou a cidade de Lamego e a sua região, numa complexa contabilidade de perdas e ganhos nem sempre fácil de fazer. Presa entre a função de informar que sabia ser a sua e os seus interesses, a imprensa local deu voz durante a fase final da Monarquia e durante a Primeira República a várias formas de ver e sentir esse fenómeno. Ora distanciando-se, ora aproximando-se do discurso político que o considerava a ruína do país, os jornais contribuíram para a decisão que muitos tomaram de partir para aquela que certamente foi a maior aventura da sua vida. Apresentaram argumentos, forneceram informação sobre a documentação necessária à passagem do Atlântico, deram exemplos de alguns a quem o Brasil deu muito e que voltaram para a sua terra na disposição de contribuírem para o seu desenvolvimento. Com o Estado Novo, a questão da emigração para o Brasil deixa de ser a questão de que se fala, não porque os portugueses tivessem desistido de atravessar o Atlântico à procura de melhores condições de vida, mas porque isso não correspondia à imagem que o regime pretendia dar do país, numa imprensa local transformada num importante veículo de propaganda.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BARRETO, José, 1990 – "Censura", in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Figueirinhas. vol. VII, p. 275-284.

BEIRA Douro. Lamego. Jun /1935-Mar/1946.

CRUZ, Maria Antonieta, 1991 – "Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense". *Revista de História*, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, n.º 11, p. 185-192.

FRATERNIDADE (A). Lamego. 30/Nov/1912 – 29/Jun/1935.

LEITE, Joaquim da Costa, 1993 – "Informação ou propaganda? Parentes, amigos e engajadores na emigração oitocentista", in *Emigração/Imigração em Portugal*. *Actas do "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, p. 98-107.

LEITE, Joaquim da Costa, 1994 – *Portugal and Emigration, 1855-1914*. New York: Columbia University.

LEITE, Joaquim da Costa, 1996 – "Os negócios da emigração (1870-1914)". *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), p. 381-396.

52 *BEIRA Douro*, 18 de Abril de 1936: 1.

LOPES, Maria Teresa Braga Soares, 1995 – "Correntes de opinião pública e emigração legal no distrito de Aveiro (1882-1894)". *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 1, p. 209-231.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2006 – "Representações da emigração para o Brasil na imprensa do nordeste transmontano durante a 1.ª República", in MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando de (org. de) – *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Rio de Janeiro: FAPERJ, CEPESE, p. 270-293.

MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2005 – "A acção dos "Brasileiros" de torna-viagem em Ovar a obra dos irmãos Oliveira Lopes (Válega)". *Dunas*: *Temas & Perspectivas*. *Revista Anual Sobre Cultura e Património da Região de Ovar*, Ovar, ano V, n.º 5 (Novembro), p. 3-14.

MARTINS, Maria da Graça, 1999 – "A Emigração do Distrito de Bragança e a imprensa regional, no limiar do século XX". *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 5, p. 121-166.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – "João Pereira Teixeira de Vasconcelos – da Câmara dos Deputados à Câmara dos Pares (1906-1908)", in *Actas do II Congresso de Amarante* (no prelo).

PAULO, Heloísa – *"Aqui também é Portugal": a colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

PROGRESSO (O). Lamego. 19/Jun/1885-29/Mai/1920.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos, 2000 – *Portugal-Brasil: migrações e migrantes*. *1850-1930*. Lisboa: Edições Inapa.

SEMANA (A). Lamego. 1898-1910.

TRIBUNA (A). Lamego. 22/Mar/1914-28/Jul/1918.

VOZ de LAMEGO. Lamego. 1930-1951.